

A colonização da mulher na educação: algumas problematizações históricas

The colonization of women in education: some historical problems

Rafael dos Santos Reis¹
Danielle Aparecida do Nascimento Santos²

114

Resumo: Não é de hoje que educação tem servido como um espaço de atuação da mulher. Tal fato é resultado de todo um construto histórico, social e cultural. Diante disso, neste trabalho buscamos refletir a partir da seguinte questão: de que maneira no decorrer da história o papel da mulher foi construído e como a educação serviu como mecanismo dessa construção e possibilitou sua libertação? Para o desenvolvimento dessa reflexão foram tomadas como base fontes bibliográficas e documentais não sistematizadas, uma vez que buscamos na história, dados que criassem elementos para nossa reflexão. Consideramos as signatárias Noemi, Cecília e Armanda como transgressoras para pensar a importância do papel das mulheres na educação. As considerações finais são provocações que abrem outras e reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: Educação, História, Mulher, Naturalização, Desconstrução.

Abstract: It is not new that education has served as a space for women to act. This fact is the result of a whole historical, social and cultural construct. In view of this, in this work we seek to reflect on the following question: how, throughout history, was the role of women constructed and how education served as a mechanism for this construction and enabled its liberation? For the development of this reflection, non-systematized bibliographic and documentary sources were taken as a basis, since we sought in history, data that would create elements for our reflection. We consider the signatories Noemi, Cecília and Armanda as transgressors to think about the importance of the role of women in education. The final considerations are provocations that open others and reflections on the subject.

Keywords: Education, History, Woman, Naturalization, Deconstruction.

¹ Graduado em Licenciatura em Filosofia em 2013. Mestre (2020) em Educação pela Universidade Estadual do Paraná – UEM. Doutorando em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Bolsista do Programa CAPES/PROSUP. Membro do grupo de pesquisa Políticas e Práticas de Educação Inclusiva – PPEI.

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia em 2003. Mestre (2007) e Doutora (2014) em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/UNESP. Pós-Doutorado em Ciências da Saúde na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Grupo de pesquisa Políticas e Práticas de Educação Inclusiva – PPEI.

Recebido em: 11/10/2023

Aprovado em: 06/11/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Introdução

Este trabalho resulta das leituras e reflexões realizadas no transcorrer da disciplina de História da Educação no Brasil na Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculada à Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação. Nosso propósito neste estudo foi descrever e refletir a seguinte questão: de que maneira no decorrer da história o papel da mulher foi construído e como a educação serviu como mecanismo dessa construção e possibilitou sua libertação? Uma história repleta de memórias que nos indicam aos dias atuais, a entender a forma de como ainda a mulher é vista em sociedade e como a educação é para ela um dos maiores campos de sua atuação.

Essa percepção sinaliza os dados estatísticos levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira no ano de 2021 que contabilizou 2,2 milhões de professores e 162,796 diretores exercendo suas funções em mais de 178,4 mil escolas de educação básica em todo o território brasileiro. Destes números, 80,7% são diretoras e 89,5% com cursos superiores. Soma-se a pesquisa de gênero, levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2019 – que mostrou que 46,8% são mulheres entre os docentes de ensino superior.

Para realização deste estudo, adotamos como meio de desenvolvimento a pesquisa bibliográfica “desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2012, p. 50) e documental, onde “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podendo ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorreu, ou depois” (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 48-49).

A forma de escolha do percurso deste estudo se fez em consonância a proposta da disciplina, em trazer à reflexão as diferentes formas históricas de educação no Brasil e sua relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Neste sentido, as leituras se deram por meio de artigos, livros e documentos, propostos no programa de leituras da disciplina, que possibilitaram a construção dos elementos refletidos, sem um caráter sistemático. O recorte histórico das leituras data o Brasil colônia e o século XX, seguindo com considerações até os dias atuais, ou seja, não há recorte definido, tendo em vista serem variadas as fontes e anos de publicação.

A construção da reflexão parte de uma perspectiva pós-crítica de Foucault, ao mencionar o olhar a história não no intuito de “descrever exatamente tudo o que aconteceu, a totalidade do

passado; mas descrever o “regime de práticas” que constituíram historicamente um determinado objeto ou fenômeno (FOUCAULT, 2006, p. 335-338). Ao tratar sobre as mulheres, observa-se “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 2003, p. 35).

Objetiva-se com isso, levar as pessoas leitoras a perceber como a sociedade culturalmente constrói papéis nos quais os corpos e os indivíduos devem exercer por meio de estratégias de poder. Espaços reservados, limitados a uma racionalidade que no decorrer dos anos naturalizou o ser-mulher e seu vínculo à educação (LOURO, 2001).

Mulher: uma trajetória de produção e performance nas histórias do Brasil

É sabido que muito do que temos de cultura foi importado da Europa, principalmente dos nossos “colonizadores” brancos, heterossexual, letrados e acima de tudo, “civilizados”. O Brasil, assim como acharam por melhor dar o nome, foi um território propício para alimentar a corte e fazer com que o reinado fosse ainda mais abundante, cheio de riquezas que abrilhantaram o topo da hierarquia monárquica da mãe Portugal e depois a filha colônia-brasileira.

Uma hierarquia que se dividia por classes: monarquia, o clero e o resto como acabava por ser classificado ou reconhecido. Resto esse ou os escravos e as escravas, indígenas e os desprovidos de condições que os pudessem considerar como pessoas, compunham a camada que sustenta e alimenta duas classes que sedentas de poder e respaldadas pela hipocrisia, viviam as custas e se tornavam uma classe esquecida. Isso para dizer que a mulher em diferentes classes, eram performadas por discursos e linguagens que, construídas por uma sociedade que se iniciava ao processo em colonizar o território, também acabava por colonizar a mulher lançando-a a um espaço inferior, afirmado por um ideal fundamentalista e machista ao delimitar papéis nos quais

eram claramente definidos: elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude”. Para viverem a bem desempenhar estas funções, as meninas deviam ser retiradas das casas paternas, onde sua formação era descuidada, para serem educadas no recolhimento. (NIZZA DA SILVA, 2004, p. 134).

O reconhecimento era dado pelas definições, que atravessados por categorias nas quais se fossem da classe da elite, as casadas andavam arrumadas, ornadas como adereços de suas casas e de seus maridos. Solteiras, estavam se preparando para servirem domesticamente a seus futuros esposos. A não ser que fossem despachadas para ingressarem a vida religiosa e assim segundo Nizza da Silva (2004, pg. 133) “os plebeus, que tinham “grande vaidade” em enclausurar as filhas “de poucos anos” nos conventos do Reino e ilhas, retirando-as assim do mercado matrimonial”.

De todos os males que a vida religiosa poderia ter, ainda sim socorria aquelas que não desejavam viver seu propósito de vida. Um primeiro, serviria para fugir de algum casamento não desejado, para não ser violentada sexualmente todas as vezes que é obrigada a manter relações sexuais com o esposo. Ou quando desprovida dos padrões normativos de beleza e sem dotes domésticos, era obrigada a se exilar e devotar a deus toda a desgraça dada por ele como uma sina, na qual é necessário que alguns sofram para outros serem felizes. (NIZZA DA SILVA, 2004).

Já as mais pobres atuavam como servas dos lares dos seus patrões. Cuidavam da casa, dos filhos e de toda tarefa necessária que um lar deveria ter. Vale ressaltar que já naquela época e perdurando até os dias atuais, as pessoas negras eram a maior população que constituía o Brasil. Se as mulheres brancas eram inferiorizadas pelos homens brancos, as mulheres negras sofriam ainda mais esse peso, pois sobre elas estavam os homens e mulheres brancos/as e os homens negros. (LOURO, 2001).

A construção da mulher resultava por constituir o que a igreja católica imprimia enquanto instância determinadora da moral e dos bons costumes que legislavam a sociedade. A forma como a ideia de família era essencial, principalmente quando se observa que o reflexo de mulher deveria ser a de Maria, a mãe de Jesus. Uma mulher casta, obediente ao seu varão. Silenciosa, pois por ser obediente deveria acatar tudo ao que seu esposo determinava, mesmo que contrária seja sua vontade. Procriadora, pois a sociedade precisava para expandir a colônia e alimentar o exército de trabalhadores. (PRIORI, 2001).

Cabe observar que mesmo após toda essa construção que se fazia da mulher, havia aquelas que rompiam com essas ideias. Guacira Lopes Louro (2001, p. 443) na Obra intitulada Histórias das Mulheres no Brasil, logo em seu início, destaca uma brasileira confundida como homem ao desconstruir o estereótipo de mulher, conhecida até os dias de hoje, “Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as

mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como instrumento através do qual essa meta seria alcançada”.

Mesmo não seguindo um linear da história sobre a forma como a mulher fora produzida, percebe-se que no desenrolar dos séculos e na trajetória do Brasil, muitos trabalhos de historiografia com a riqueza e diversidade de olhares, concebiam a mulher com traços genuínos de um princípio que funda-se a um discurso alicerçado a norma. Discurso esse que se preocupavam muito mais em dar às suas filhas uma educação completa de “dona de casa” propriamente, do que escrita e leitura (RIBEIRO, 2006).

Ao longo dos séculos, a opressão exercida sobre as mulheres fez que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior, instituindo um binômio perverso: seres inferiores, trabalho inferior (ALMEIDA, 1998). Atravessa e perpassa como uma rede de poder, que visa manter e apoderar sobre o corpo e a subjetividade da mulher. Cerca e restringe, dita regimes que impulsionam toda a forma de se estabelecer como sujeito. Imprime em seus corpos e sua sexualidade os valores morais de verdade dado pelas instituições, culminando na escola, onde analisaremos as linhas que seguirão.

Educação: um mecanismo de desigualdade e de transgressão para as mulheres

Desde quando a educação atingiu o solo brasileiro a partir dos jesuítas a igreja esteve sempre pronta e atenta a utilizar dos mecanismos religiosos como forma de doutrinar, e de estabelecer uma relação de hierarquia e poder. A princípio, as pessoas indígenas foram alvo, quando alfabetizadas para ganharem legitimidade em sua própria terra, e para se tornarem civilizadas/os a partir das concepções europeias e branca.

Os freis jesuítas “alfabetizavam”, e ao ver de Nizza da Silva (2004, p. 131) “ensinavam a ler e escrever aos pequenos índios isolados de suas famílias e arrancados á cultura indígena; e formar os quadros para a própria Companhia de Jesus no Brasil”. Catequisar os meninos, pois assim iniciava a operação desigualdade e exclusão partindo do princípio de que esses garotos alfabetizados, serviriam para compor o rebanho do grupo de pregadores para ajudar na aculturação e cristianizar suas comunidades e toda a população.

Por volta do século XVI, já se iniciava a separação entre educação e instrução em detrimento aos meninos e as meninas. As meninas eram instruídas para o cuidado e o zelo da casa. Essa educação tinha como finalidade domesticar as meninas desde cedo, para que quando moças, estariam aptas para serem entregues e levadas a seus maridos, e assim, tomarem conta

da casa e da família. Segundo Nizza da Silva (2004, p. 135) “seu plano de estudos adequava-se aos papéis femininos na sociedade de então: as meninas limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro”. Já os meninos eram educados, obtinham letramento, cálculos, outros idiomas e literatura.

Um desnivelamento que os separava das meninas com o objetivo em que devido a posição de líderes que no futuro desempenhariam iniciando em casa, seguindo na sociedade precisariam estar bem formados e aptos para tal função que também é construída.

Toda essa forma restrita de educação para as mulheres era resultante de uma mentalidade que consistia em ser, ao ver de Ribeiro (1997) “uma “heresia social”. Enquanto permanecem analfabetas, o controle paterno teria melhor resultado”. Toda essa estratégia decorreu a uma grande parte da população feminina ser analfabeta, excluída da sociedade.

A educação foi aos poucos ganhando novos aspectos, mas mantendo outros. Com a reforma Pombalina (1759) a influência dos jesuítas para a educação é extinta, devido a sua expulsão e logo, diminui-se o controle religioso nas escolas. No primeiro momento a criação das escolas restringia a quem pudesse pagar. De certa forma, era um modismo europeu ser letrado e culto. Isso desempenhava um papel de inferioridade aos que não tinham conhecimento.

Conhecer se tornava uma arma na qual quem obtinha poderia servir de força para a colônia contra Portugal. Com a crise da colônia que por fim resultou na independência do Brasil, a educação é vista como meio de modernizar o país e impulsionar o desenvolvimento social e econômico. A escola se torna o centro da sociedade e uma porta no qual todas e todos deveriam passar (VECHIA, 2004).

No século XIX, insere-se o ensino secundário (BRASIL, 1980). Ensino esse, que a partir de um único modelo serviria para atender a todos e todas, marcando o início do sistema público de ensino. Não nos esquecendo que toda a base de educação e de criação de escola estava na Europa, restritamente na França. Segundo Vechia (2004, p. 83) “a Escola foi Fundada com a finalidade de educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira e concebida para ser o centro difusor das ideias educacionais, relativas ao ensino secundário, foi considerado o “padrão” a ser seguido em todo o país”.

O que nos é caro pensar no decorrer destes fatos é de que a criação da Escola não é uma ideia de democracia e emancipação para todos e todas. Isso pôde ser observado quanto a formação das salas e o próprio conteúdo. A desigualdade está presente ao afirmar o homem

como sujeito superior da sociedade e a mulher inferior. As aulas ministradas com o surgimento das escolas estavam nas mãos dos homens-professores. Ser professor consistia em uma posição social de poder. Esse poder só foi enfraquecido, quando nas várias transformações a sociedade exigia dos homens outros trabalhos com remunerações melhores. Almeida (1998), acentua essa ideia quando em seu texto menciona o

processo de trabalho articulado às mudanças, ao longo do tempo, na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe. Essas relações possibilitam que o trabalho docente, exercido por homens e por mulheres, na lógica capitalista, sofra um processo de desqualificação [...] (ALMEIDA, 1998, p. 63).

Esse processo pesa sobre a mulher. Desde o ensino ser limitado as meninas que desde seu ingresso acabam por ser apenas instruídas. As que escapam dessa instrução e conseguem alcançar um magistério, é mais uma vez inferiorizada pela lógica social de classe, onde o homem é colocado no topo e a mulher perpetua ao menor dos espaços sociais, inclusive o salário. Normaliza-se a ideia de que assim como antes (apesar de ainda continuar) nos afazeres de casa, o cuidado com as crianças, a mulher carrega consigo a vocação de educar para a sociedade e para a vida. Segundo Louro (2001):

Foi também dentro desse quadro que se constituiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. [...] dizia-se ainda que o magistério era próprio das mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período. (LOURO, 2001, pg. 453)

Dessa forma, a educação para as mulheres tanto ao seu ensino como meio de trabalho desempenha um fator transgressor ao papel imposto à elas. As que conseguiram o ensino primário, ingressam para as universidades e passam a ocupar outras profissões e abraçar outros desafios. A escola passa a ser um espaço no qual a mulher ocupa e o aprimora. Embora tenha desenhado seu papel materno, determinando suas funções e restringindo sua capacidade, a mulher representou o ponto de mudança na qual a sociedade necessitava. Almeida (1998) mostra essa ideia quando elenca o magistério como o

ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido. E foi paixão, no sentido do desejo, do esforço, de aproveitar a oportunidade e conseguir uma inserção no espaço público e no mundo do trabalho. Após isso, alguns direitos posteriores podem ser associados à conquista do magistério pelas mulheres, como a educação feminina, a co-educação, uma certa

independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade e outros. (ALMEIDA, 1998, p. 75).

Diante dessas considerações, pensar a história e junto a ela o papel no qual foi construído para a mulher é perceber que há um progresso ao que tange aos feitos sociais. Transgredir em uma sociedade como a brasileira, marcada e atravessada pela cultura patriarcal doada pela igreja faz das mulheres no decorrer da história, heroínas ao deixarem um legado para a continuação dessa tarefa árdua que é demarcar espaço, garantir direitos e ser vistas e reconhecidas como protagonistas de uma história que deve ser transgressora.

Noemi, Cecília e Armanda: exemplos de histórias transgressoras para a educação

Ao pensarmos sobre a colonização das mulheres na educação, algumas tiveram papel primordial para o campo da educação. Das várias, destacamos ao menos três: Noemi Marques da Silveira, Cecília Benevides Carvalho de Meirelles e Armanda Álvaro de Alberto. Abaixo, trazemos algumas contribuições históricas e de feitos que essas mulheres fizeram, nos quais, sinalizam suas trajetórias e importância para a educação.

A primeira signatária nasceu em 8 de agosto de 1902, Leonina, Noemi Marques da Silveira, inicia sua trajetória profissional no campo da educação como professora atuante no ensino primário como professora atuante no ensino primário (CORREA-SILVA; GONÇALVES, 2019).

Com uma bolsa de estudo para desenvolver pesquisas nos Estados Unidos, aproveitou a oportunidade para estudar com pessoas de renomes da psicologia. Outro fato que mostra movimentos de subversões, no contexto patriarcal e machista que marcava esse momento histórico, colaborou com a escrita do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e que, posteriormente, passa a substituir Lourenço Filho no Instituto Pedagógico (SAVIANI, 2007).

Além dessas tarefas, Noemi esteve a frente de serviços de orientação educacional atuando no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (IOSP). Participou no desenvolvimento sobre a Psicanálise desde as abordagens analista didata como também analista pessoal, abrindo vários caminhos para outros estudiosas/os seguirem (RAMOS, 2005).

Outros fatos que fizeram de seu percurso uma sinalização de que o espaço das mulheres era onde elas quisessem, Noemi ampliou sua atuação fora da Universidade na qual atuava, Universidade de São Paulo – USP, para estar em outras regiões e locais no Brasil e também no

exterior, realizando missões culturais representando O Ministério de Relações Exteriores em vários países da América Latina (RAMOS, 2006).

Aposentada, seguiu com toda energia, participando em conferências e presidindo cursos de extensão universitária nas mais diversas instituições brasileiras, escreveu artigos publicados em revistas de escopo de sua área de estudo, resultando em um total de mais de 200 publicações. Fato é que, Noemi esteve muito a frente de seu tempo, não aceitando as condições em que as mulheres eram impostas. De todas as sinalizações que apontam ser essa mulher moderna, ela foi a única catedrática reconhecida como pioneira. (RAMOS, 2005; CORREA-SILVA, GONÇALVES, 2019).

A segunda signatária nasceu no dia 7 de novembro de 1901, escorpiana Cecília Benevides Carvalho de Meirelles, inicia sua trajetória educacional, alcançando a medalha de ouro pela conclusão do curso primário, com as honorarias “distinção e louvor” que naquela época representava a nota nos valores de 19 ou 20, recebida por Olavo Bilac o maior representante do parnasianismo brasileiro. Na sequência, concluiu e obteve o diploma da escola normal e que posteriormente, trabalhou como professora primária nas escolas do Distrito Federal (MORAES, 2008).

Outro fato que marcou sua carreira, foi quando surge como escritora, participando de uma linha literária conhecida na época como espiritualista, denominada assim, por sua caracterização religiosa, remetendo ao catolicismo. Findados 7 anos após se tornar escritora, foi aprovada no concurso que a licenciava a lecionar literatura vernácula na escola normal no Distrito Federal. Dentro do escopo de suas produções, teve sua tese avaliada em segundo lugar, intitulada como “Espírito Vitorioso” (CORREA-SILVA, GONÇALVES, 2019).

Na mesma época, foi responsável por estar a frente do jornal diário de notícias do Rio de Janeiro, com a página de educação. Anos depois, compôs a gestão na Diretoria de Instrução Pública, ao lado de Anísio Teixeira. Teve a atenção em criar a primeira biblioteca voltada as crianças, conhecida como Pavilhão Mourisco. (MORAES, 2008). Embora seu funcionamento não se estendeu por mais de 3 anos, a biblioteca propiciou a expansão cultural, pautando-se em ser um espaço de ideias avançadas, chamando a atenção, pela caracterização do espaço ser acessível ao universo infantil, como estantes baixas, ligadas ao contexto educacional da época – escola nova (PIMENTA, 2001).

Meireles ao atuar no universo da educação, tinha uma atenção especial para as perspectivas da escola nova que a motivou sua defesa por uma escola diferenciada, presentes em suas campanhas jornalísticas. O jornal se colocou como um espaço para manifestar seu

apoio para o alcance da Reforma de Fernando de Azevedo, consciente na importância dos avanços e mudanças no entendimento sobre educação de sua época (CORREA-SILVA, GONÇALVES, 2019).

Outros feitos que merecem atenção foi o fato dela ser a primeira mulher de expressiva atenção no campo da literatura brasileira, somando mais de 50 obras publicadas. Sua relação com a literatura e educação era de um nível intenso, impulsionando-a a expandir-se para fora do Brasil, chegando a estar na África, Ásia, Estados Unidos e na Europa, realizando conferências que pautava-se na literatura, educação e nas expressões culturais brasileira. Ao lado de toda essa trajetória, Meireles esteve presente na Universidade do Texas, lecionando Literatura e cultura brasileira. Cosmopolita, realizou conferências em outros países, difundindo a literatura brasileira, chegando em Lisboa e Coimbra (MORAES, 2008).

A terceira signatária, nasceu no dia 10 de junho de 1892, geminiana, Armanda Álvaro de Alberto, na infância não participou da escola, devido sua mãe estar a frente de sua educação, e isso não impossibilitou de torna-la uma grande intelectual. Não estar na escola a colocou na convivência de espaços intelectuais que a fez uma mulher com apreço cultural (SAVIANI, 2007).

Na idade de 20 anos, frequentou o curso especial do Colégio Jacobina, visto na época como um modelo inovador, sobretudo, para o ensino de literatura. Logo depois, nos anos de 1917, inicia sua trajetória na educação com o magistério. Em sua atuação como professora, iniciou seu projeto de escola ativa, que consistia em uma educação que importava a colocar a criança como foco do ensino, pautada nas linhas da escola nova. A atuação no universo educacional foi para Armanda uma possibilidade de criar uma identidade transgressora, devido as mudanças causadas nas perspectivas tanto das questões sociais, na educação e sobretudo, para as mulheres (MIGNOT, 2010).

Outros feitos que marcaram a história de Armanda foi sua atuação como vice-presidenta da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, pautada na ideia de que o progresso só poderia acontecer pelo intermédio da escola. Compôs o grupo da Associação Brasileira de Educação (ABE), teve experiências fora do Brasil, quando viaja para Genebra para iniciar seus estudos no renomado Instituto Jean Jacques Rousseau, de especialidade no desenvolvimento do campo das ciências da educação e na formação de educadores. Em seu regresso ao Brasil, chefiou a Seção de Cooperação da Família (ABE), que tinha como intenção intermediar a escola e as famílias. E ainda, esteve à frente como líder do Memorial aos Editores Brasileiros (CORREA-SILVA, GONÇALVES, 2019; MIGNOT, 2010).

Um outro fato que soma e potencializa o papel de Armanda para a educação eram suas posições políticas travadas em prol de uma educação alicerçada no direito da mulher, que fosse laica. Suas lutas fizeram ser vista pela imprensa nacional como uma aliada ao comunismo, resultando em sua prisão. Ainda assim, seguiu participando de forma ativa no Clube de leitura da escola que atuava, organizava reuniões com o objetivo de resgatar estudantes e moradores que haviam se dispersado. Sua intensa batalha em favor da mulher fez com que estivesse presente no movimento sionista entre tantas outras ações que a marca em nossa história como mais uma mulher que soube entender seu lugar na sociedade (MIGNOT, 2010).

Marcar essas três signatárias como importantes no processo de colonização da mulher na educação, nos possibilita a pensar que na história do Brasil, embora o sistema e toda a estrutura social convergia para a produção da mulher, Noemi, Cecília e Armanda, mostraram que em todas as relações de poderes, há, fissuras que escapa permitindo outras condutas e assim, a possibilidade na criação de outras formas de entender os papéis construídos sobre a mulher e que essas três, nos ensina que não sustenta a naturalização da mulher na sociedade como meras pessoas com papéis definidos, sobretudo, pela igreja e o homem.

Considerações finais: uma história não concluída

Desde que o mundo foi construído em sete dias, a mulher não teve sossego. Já com Eva, a tal da serpente já a perseguia a pecar como se fosse parte do seu destino, ser a causadora do mal presente no mundo e sua vida como a expiação a ser justificada pela forma como a conceberam e a trataram. E assim, seguiu a história até os dias atuais.

Visto esta metáfora além da sua ironia trágica, fato é que a história ao que concerne a da mulher esteve e está carregada por um peso na qual não é dela. Uma atribuição imposta de forma a naturalizar seu papel, em vista aos princípios institucionais que regem a sociedade. Contudo, mesmo com todos os acontecimentos que a atravessam, desde violência, morte, deturpação de direitos e uma infinidade de assaltos sobre sua vida, a mulher ainda é sinal de transformação.

Dado essa significação a verdade produzida sobre o corpo e subjetividade da mulher deve ser posta ao questionamento. A mulher da antiguidade até a modernidade, não é mais a mesma. Os acontecimentos do mundo possibilitaram que fosse aos poucos desconstruindo a naturalização sobre a imposição feita ao seu papel. Embora em alguns lugares essas

desnaturalizações estejam adiantadas e outras como o caso no Brasil, ainda vive certos retrocessos, ainda sim, a mulher tem se mostrado resistente e empoderada sobre si mesma.

Vimos por meio deste estudo alguns momentos da história que possibilitou nos mostrar como no passado, a mulher era vista e assim, entender o que nos dias atuais busca-se manter, de forma sistêmica, estrutural e patriarcal a perpetuação de papéis impostos e aceitos na intenção de naturalizar as formas de vida e até de morte, como percebemos, ao evidenciar os números de violência contra as mulheres no Brasil.

Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), mostra que houve 230.861 agressões, ocasionadas por violência doméstica, sinalizando um aumento em 0,6%, somadas com 597.623 ameaças, resultando em um aumento de 3,3%. Como se tudo isso já não fosse trágico, os dados revelaram também um número de 66.020 casos de estupro em 2021, representando um aumento de 4,2% de casos e destes, 75,05% eram vítimas consideradas como vulneráveis, ou seja, não consentiam com a relação sexual. Soma-se ainda, 27.722 registros em 2021 de violência psicológica.

Alguns pontos que refletimos neste trabalho versam sobre algumas histórias pouco contadas. Histórias que infelizmente ainda ouvimos em nosso dia a dia e que são levadas como brincadeiras e piadas. Tais quais: “lugar de mulher é na cozinha” ou “mulher tem que ser recatada e do lar”. Toda essa mentalidade que na história foi construída mantém resistência, repercutindo em situações de desigualdade contra a mulher.

Entretanto, é perceptível, nos dias atuais, observar o rompimento e resistência dessas práticas inscritas na história. Mulheres que reescrevem de forma a transgredir cada qual de sua forma, ocupando os mais variados espaços. Desde professoras desviantes até pilotas de aeronaves e uma presidenta. A história que durante muito tempo esforçou em escondê-las serve para desconstruir o mal dito e a construir o não dito.

Essa percepção fica evidente nos dados coletados de pesquisa sobre gênero pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2019. Nos vários dados levantados, destacam-se a taxa de participação na força de trabalho, de homens 73,7% e mulheres 54,5%. Nível de ocupação de mulheres com crianças ou sem foi de 54,6% com filhos e 67,2 sem filhos. Sobre a participação em cargos políticos, entre vereadores eleitos é de apenas 16,0 %. Nos cargos gerenciais, os homens têm ocupação de 62,6% e as mulheres 37,4%. Estes dados mostram o resultado de políticas que alinham-se a governos que licenciam a injustiça e desigualdade social.

Cumprido finalizar ressaltando que neste trabalho nosso intuito foi construir uma releitura provocativa de autoras que nos faz olhar a história no passado e a entender todo o processo estrutural e sistêmico em que as sociedades atravessam nos dias atuais. Contudo, é perceptível que a sociedade vive um devir, sobretudo, ao que tange às mulheres ao fissurar normas e espaços que as naturalizam, abdicando de formas de existências não mais aceitas, que as subalterna ou as coloque em condições de sujeitos fixos, na tentativa de moldá-las pelo construto histórico-social que perdurou durante muito tempo. A educação, foi e continua sendo a porta para possíveis formas de se repensar a sociedade e a vida humana, no melhor que existem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

BRASIL, Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2022. Disponível em: [<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/160-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2022/>]. Acesso em 08/07/2023.

BRASIL, Decreto nº 981 - **Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal**. Senado Federal - Brasil, 8 de novembro de 1890.

BRASIL, Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Senso escolar 2021**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf]. Acesso dia 04/06/2023.

BONNICI, Thomas. **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: EDUEM. 2009.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York e Londres: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. Disponível em: [<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>]. Acesso dia 04/06/2023.

FOUCAULT, Michel. **Mesa-redonda em 20 de maio de 1978**. IN: Ditos e escritos: estratégia, poder-saber. 2. ed., v. 4, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-352.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A. 2012.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 2012-2019. Disponível em [<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>]. Acesso dia 04/06/2023.

IBGE – Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2019. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf]. Acesso dia 04/06/2023.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 443-481.

MARCONI, Mariana de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Armanda Álvaro Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

MORAES, José Damiro de. **Trajetórias das signatárias do manifesto dos pioneiros: visões do escolanovismo nos anos 1930**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/974.pdf>. Acesso em: 20/06/2023.

PIMENTA, Jussara Santos. Pavilhão Mourisco: biblioteca e educação em Cecília Meireles. Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 2001. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02_01.pdf. Acesso em: 07/07/2013.

PRIORI, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Unesp, Contexto, 2001.

RAMOS, Aidyl de Queiróz Perez. **Noemy da Silveira Rudolfer**. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo: Academia Paulista de Psicologia, v. 25, n. 2, maio/ago., p. 40- 44, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Conjunto de elementos que constituía o processo educativo no Brasil-Colônia. In: _____. **A educação da mulher no Brasil Colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p.59-104.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, A. I. M. **A educação feminina durante o século XIX**. 2. ed. Campinas: Unicamp/CMU, 2006.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol I – Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p.131-145.

SILVA, M. A. Da performance à performatividade: possíveis diálogos com Judith Butler na antropologia de um festival de cinema. **Periódicus**, Salvador, vol. 1, n3, p. 64-84, mai./dez. 2015.

VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX. In: STEPHANOU, M e BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 78-90.